



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805 – 18º andar, Centro - CEP 01501-900,

Fone: (11) 3538-9317, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Edital de Convocação de Credores – art. 99, § 1º - Falência

Processo Digital nº: **1127919-19.2018.8.26.0100**

Classe – Assunto: **Recuperação Judicial - Concurso de Credores**

Requerente: **Transportadora Irmãos Shinozaki Ltda. e outro**

Requerido: **Transportadora Irmãos Shinozaki Ltda. e outro**

EDITAL DE DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA E CONVOCAÇÃO DE CREDITORES, COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA AS HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO, EXPEDIDO NOS AUTOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL CONVOLADA EM FALÊNCIA DE TRANSPORTADORA IRMÃOS SHINOZAKI LTDA., CNPJ nº 44.394.989/0001-30 E SHINOZAKI TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA., CNPJ Nº 04.416.200/0001-80, PROCESSO Nº 1127919-19.2018.8.26.0100.

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo/SP, Dr. Leonardo Fernandes dos Santos, informa a todos os interessados e credores que:

1-) DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA: por sentença proferida em 04/04/2022, às fls. 5.195/5.201, foi decretada a FALÊNCIA da TRANSPORTADORA IRMÃOS SHINOZAKI LTDA., CNPJ nº 44.394.989/0001-30 e da SHINOZAKI TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA., CNPJ Nº 04.416.200/0001-80, (“Falidas”), tendo sido nomeada como Administradora Judicial a BRASIL TRUSTEE ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA., representada por Filipe Marques Mangerona e Fernando Pompeu Luccas, com endereço à Rua Robert Bosch, 544, 8º andar, Barra Funda - São Paulo/SP CEP: 01141-010 (“Administradora Judicial”). A íntegra da decisão encontra-se disponível no *website* da Administradora Judicial (<https://brasiltrustee.com.br/wp-content/uploads/2022/10/Shinozaki-Sentenca-de-falencia.pdf>). Os efeitos da sentença de Falência foram temporariamente suspensos por meio da decisão liminar proferida no Agravo de Instrumento de nº 2074154-86.2022.8.26.0000 (<https://brasiltrustee.com.br/wp-content/uploads/2022/10/Shinozaki-Despacho-suspende-a-sentenca.pdf>), que foi posteriormente revogada, de modo que a sentença de Falência foi confirmada por meio do acórdão proferido na data de 28/09/2022 (<https://brasiltrustee.com.br/wp-content/uploads/2022/10/Shinozaki-Acordao->



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805 – 18º andar, Centro - CEP 01501-900,

Fone: (11) 3538-9317, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

[confirma-falencia.pdf](#)).

A íntegra da decisão de convalidação em Falência é transcrita a seguir:

“Juiz(a) de Direito: Dr(a). Leonardo Fernandes dos Santos. Vistos. Trata-se da recuperação judicial de Transportadora Irmãos Shinozaki Ltda. e outro. Deferido o processamento do pedido, foi aprovado o plano de recuperação judicial em AGC e concedida a recuperação judicial. As recuperandas requereram a homologação do aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (fls. 4264/4273) via cram down, vez que a concessão da recuperação judicial pela via ordinária se mostrou inviável. Entretanto, a administradora judicial, às fls. 5108/5119, relatou que as recuperandas vêm praticando atos incompatíveis com o instituto da recuperação judicial, noticiando que os sócios e membros da família Shinozaki vêm se valendo de empréstimos das sociedades na importância total de mais de dois milhões de reais, sem contudo apresentar comprovação de lastro que validasse tais operações. Assim, injustificadamente e em fraude aos credores, os sócios levaram a empresa a nítido estado de insolvência. Desde então, como bem observado pelo Ministério Público (fl. 5139), as recuperandas vêm praticando reiteradamente atos incompatíveis com o instituto da recuperação judicial, esgotando sua função social. É o breve relatório. Fundamento e decido. A crise da atividade empresarial é um fato que pode ocorrer por diversos fatores econômicos, comerciais, pessoais ou de gestão. Todo empresário deve saber, ao fazer a decisão de desenvolver esse tipo de atividade, que poderá enfrentar situações de crise. Aliás, a capacidade de enfrentar e superar crises é um dos critérios utilizados para se aferir a própria qualidade do empresário. Verifica-se, então, que a falência (encerramento da atividade em crise, com realização do ativo para pagamento do passivo) da empresa inviável é a solução mais adequada do ponto de vista econômico e social. Conforme ensina Fábio Ulhôa Coelho, “algumas empresas, porque são tecnologicamente atrasadas, descapitalizadas ou possuem organização administrativa precária devem mesmo ser encerradas. Para o bem da economia como um todo, os recursos – materiais financeiros e humanos – empregados nessa atividade devem ser realocados para que tenham otimizada a capacidade de produzir riqueza. Assim, a recuperação da empresa não deve ser visto como um valor a ser buscado a qualquer custo. Pelo contrário, as más empresas devem falir para que as boas não se prejudiquem” (Curso de Direito Comercial vol. 03: Direito da Empresa; 12ª edição; São Paulo; Saraiva. 2011; pág. 251/252). Importante notar que o Estado não deve substituir a iniciativa privada nessa função de encontrar soluções para a crise da empresa, mas apenas deve atuar para corrigir as distorções do sistema econômico. A recuperação judicial só tem lugar quando as estruturas do livre mercado falharem. Mais importante ainda é notar que o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805 – 18º andar, Centro - CEP 01501-900,

Fone: (11) 3538-9317, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Estado não deve agir para tentar recuperar empresas evidentemente inviáveis. Conforme já visto, as estruturas do livre mercado condenariam empresas inviáveis à falência, para o bem do sistema econômico e para a sobrevivência saudável de outras empresas viáveis. Nesse sentido, não existe razão em se utilizar a intervenção estatal, através do processo de recuperação de empresas, para ressuscitar empresas inviáveis ou já condenadas à falência. Se não interessa ao sistema econômico a manutenção de empresas inviáveis, não existe razão para que o Estado, através do Poder Judiciário, trabalhe nesse sentido, deferindo o processamento de recuperações judiciais para empresas evidentemente inviáveis. O sistema de recuperação judicial brasileiro parte do princípio de que deverá haver necessariamente uma divisão de ônus entre devedor e credores, tendo como contrapartida o valor social do trabalho e todos os benefícios decorrentes da manutenção da atividade produtiva. No caso, a análise do que ocorreu durante o período de fiscalização do cumprimento do plano aprovado pelos credores revelou a inviabilidade da empresa em crise. No caso em testilha, a recuperanda descumpriu seus ônus materiais, mostrando-se evidentemente inviável. Conforme observo dos autos, o valor retirado pelos sócios do caixa das devedoras seria, com efeito, suficiente para quitar expressiva parte dos credores concursais, sem a necessidade da venda de ativos, conforme os cálculos elaborados pela Administradora Judicial (fl.4967). Além disso, como bem exposto pela Administradora Judicial, o documento apresentado como comprobatório da regularidade dos empréstimos tomados pelos sócios da sociedade empresária (fls. 4.715/4.718) foi, com efeito, firmado apenas para conferir aparência de legalidade às operações e só foi firmado após reiterados pedidos de esclarecimentos pela auxiliar do Juízo no percorrer do processo e em Assembleia Geral de Credores (fls. 4560/4576), sem que viesse acompanhado dos respectivos comprovantes de pagamento ou qualquer documentação apta a lastrear referidas operações. Nítida, nesse sentido, a tentativa de fraudar credores, incluindo os fiscais, conforme se denota da vultosa soma devida a título de INSS, FGTS, IRFF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, o que se verifica após breve análise dos Relatórios Mensais de Atividades apresentados pela AJ (fls. 5151/5194 e demais). Cumpre ressaltar que, ao contrário do alegado pelas devedoras, toda a apuração feita pela longa manus se deu nos exatos termos preceituados pelo art. 22, II, "a" da LFRJ. Enfim, bem caracterizada a hipótese do art. 73, VI da LFRJ, sendo de rigor a convolação. Por tudo o quanto se afirmou acima, se mostra de rigor a convolação da recuperação judicial em falência. Posto isso, nos termos do art. 73, inc. VI, c/c art. 61, §1º, ambos da Lei nº 11.101/05, CONVOLO EM FALÊNCIA a recuperação judicial das empresas SHINOZAKI TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA e TRANSPORTADORA IRMÃOS SHINOZAKI EIRELI, observado que os credores terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805 – 18º andar, Centro - CEP 01501-900,

Fone: (11) 3538-9317, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

deduzidos os valores pagos e ressalvados os atos validamente praticados no âmbito da recuperação judicial. Portanto: 1) Mantenho como administradora judicial BRASIL TRUSTEE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, com endereço na Rua Robert Bosch, 544, 8º andar, Barra Funda, CEP 01141-010, São Paulo, SP, devendo ser intimada pessoalmente, para que em 48 (quarenta e oito) horas assine o termo de compromisso, pena de substituição (artigos 33 e 34). 2) Deve o administrador judicial proceder à arrecadação dos bens, documentos e livros (artigo 110), bem como a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem (artigos 108 e 110), para realização do ativo (artigos 139 e 140), sendo que ficarão eles sob sua guarda e responsabilidade (artigo 108, parágrafo único), podendo providenciar a lacração, para fins do artigo 109. 3) Fixo o termo legal (artigo 99, II), nos 90 (noventa) dias do pedido de recuperação judicial. 4) Os sócios da falida devem apresentar, no prazo de cinco dias, a relação nominal de credores, descontando o que já foi pago ao tempo da recuperação judicial e incluindo os créditos que não estavam submetidos à recuperação (artigo 99, III), se for o caso indicando a possibilidade de aproveitar o edital do artigo 7, § 2º, da Lei n. 11.101/05, para tal, desde que não existam pagamentos durante a recuperação judicial. 5) Devem os sócios da falida cumprir o disposto no artigo 104 da LRF, devendo comparecer em cartório no prazo de 10 dias para assinar termos de comparecimento e prestar esclarecimentos, que deverão ser apresentados na ocasião por escrito. Posteriormente, havendo necessidade, será designada audiência para esclarecimentos pessoais dos falidos. 6) Ficam advertidos, ainda, que para salvaguardar os interesses das partes envolvidas e verificado indício de crime previsto na Lei n. 11.101/2005, poderão ter a prisão preventiva decretada (art. 99, VII). 7) Determino, nos termos do art. 99, V, a suspensão de todas as ações ou execuções contra a falida (empresa), ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6º da mesma Lei, ficando suspensa, também, a prescrição. 8) Proíbo a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens da falida, sem autorização judicial e do Comitê de Credores (se houver), ressalvados os bens cuja venda faça parte das atividades normais do devedor se autorizada a continuação provisória das atividades (art. 99, VI). 9) Além de comunicações on-line para o Banco Central a ser providenciado pela serventia, servirá cópia desta sentença, assinada digitalmente, de OFÍCIO aos órgãos elencados abaixo, bem como de CARTA DE CIENTIFICAÇÃO às Fazendas, devendo tais órgãos encaminhar as respectivas respostas, se o caso, para o endereço do administrador judicial nomeado. O administrador judicial deverá encaminhar cópia desta decisão aos órgãos competentes, devendo comprovar o protocolo nestes autos digitais, em 10 dias. BANCO CENTRAL DO BRASIL: Avenida Paulista, nº 1.804, Bairro Bela Vista, CEP 01310-200, São Paulo, SP. Deverá repassar determinação deste Juízo para todas as instituições financeiras, a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805 – 18º andar, Centro - CEP 01501-900,

Fone: (11) 3538-9317, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

fim de que sejam bloqueadas e encerradas as contas correntes e demais aplicações financeiras da falida, nos termos do art. 121 da Lei 11.101/2005. As instituições financeiras somente devem responder ao presente ofício em caso de respostas positivas. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: Rua Barra Funda, 930 3º andar Barra Funda - CEP: 01152-000 São Paulo/SP: Encaminhar a relação de livros da falida levada a registro nesse órgão, e informes completos sobre as alterações contratuais havidas em nome da mesma. Deverá, ainda, contar a expressão falido nos registros desse órgão e a inabilitação para atividade empresarial; EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - Rua Mergenthaler, 500, Vila Leopoldina Gerência GECAR, CEP: 05311-030 São Paulo/SP: Encaminhar as correspondências em nome da falida para o endereço do administrador judicial nomeado; CENTRO DE INFORMAÇÕES FISCAIS -DI Diretoria de informações - Av. Rangel Pestana, 300, CEP: 01017-000 São Paulo/SP: Deverá encaminhar a DECA referente à falida, para o endereço do administrador judicial nomeado; SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS DA FAZENDA PÚBLICA - Ofício das Execuções Fiscais Estaduais - Rua Vergueiro, 857, CEP: 01013-001 São Paulo/SP: informar sobre a existência de bens e direitos em nome da falida; BOLSA DE VALORES DO ESTADO DE SÃO PAULO - Rua XV de Novembro nº 275, 7º andar, CEP: 01013-001 São Paulo/SP: Informar a existência nos seus arquivos, sobre bens e direitos em nome da falida; Banco Bradesco S/A. - Cidade de Deus, s/nº Vila Iara - CEP: 06023-010 Osasco/SP: Informar acerca da posição de ações do sistema TELEBRÁS (Telesp e cindidas) em nome da falida e, se houver dividendos, sejam estes depositados em nome da massa falida, no Banco do Brasil S/A., Agência 5905-6 S. Público São Paulo, à ordem deste Juízo; DEPARTAMENTO DE RENDAS MOBILIÁRIAS - Rua Pedro Américo, 32, CEP: 01045-000 São Paulo/SP: Informar sobre e a existência de bens e direitos em nome da falida; CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DE TÍTULOS PARA PROTESTO - Rua XV de Novembro, 175 Centro - CEP: 01013-001 São Paulo/SP: Remeter as certidões de protestos lavrados em nome da falida, para o endereço do administrador judicial nomeado, independente do pagamento de eventuais custas; PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL UNIÃO FEDERAL - Alameda Santos, 647 - 01419-001 São Paulo/SP: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida; PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO - Av. Rangel Pestana, 300, 15º andar Sé - 01017-000 São Paulo SP: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida; SECRETARIA DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PROCURADORIA FISCAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Rua Maria Paula, 136, Centro - 01319-000 São Paulo/SP: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida. 10) Expeça-se edital, nos termos do art. 99, parágrafo único, da Lei 11.101/2005, assim que apresentada a relação de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805 – 18º andar, Centro - CEP 01501-900,

Fone: (11) 3538-9317, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

credores, nos termos do item 4. 11) Expeçam-se, com urgência, mandado de arrecadação, avaliação e laçação, a ser cumprido no último endereço informado nos autos. 12) Intimem-se, inclusive o Ministério Público.”

2-) RELAÇÃO DE CREDITORES: a Falida apresentou relação de credores, com seus créditos e respectivas classificações, para a ciência de todos os interessados:

CLASSE I – TRABALHISTA: ALEXANDRE LORA - R\$ 8.759,70; ALEX SANDRO DE MOURA - R\$ 55.000,00; ALUIZIO DE MIRANDA E SILVA - R\$ 404,03; ANANIAS DIAS DE FREITAS - R\$ 45.000,00; ANDRADE E MANA ADVOGADOS - R\$ 39.944,82; ANDRÉ RODRIGUES DE SOUZA - R\$ 8.560,00; ANDRESSA CRISTINA SHIMISU DE SOUZA - R\$ 8.560,00; ANTONIO MANOEL DE MOURA FILHO - R\$ 53.984,31; CABANELLOS SCHUH ADVOGADOS ASSOCIADOS - R\$ 64.042,83; CÉLIA RODRIGUES DE SOUZA - R\$ 8.560,00; CESAR CAFALCHI - R\$ 26.000,00; CLAUDINEI APARECIDO SIQUEIRA - R\$ 43.832,77; CRISTIANO GALDINO RAMOS - R\$ 71.908,29; CYNTHIA SUEMI SHINOZAKI - R\$ 21.067,61; DAYVID JERONIMO DOS SANTOS SILVA - R\$ 1.525,56; EDILSON DOMINGUES - R\$ 4.396,47; EDINICE GOMES BATISTA - R\$ 149.286,25; EDISON RIYUICHI SHINOZAKI - R\$ 112.530,00; EDUARDO ALVES DE SOUZA - R\$ 20.000,00; EMERSON MONTAGNOLE - R\$ 2.826,07; ERIC SCHIMING RECHE - R\$ 65.780,57; EXPEDITO BEZERRA LEITE - R\$ 54.750,65; FABIO LUIS CORTEZ - R\$ 6.000,00; FABIANO FERREIRA DOS SANTOS - R\$ 12.000,00; IRINEU MONTANHA - R\$ 118.986,60; JAILSON SANTOS SANTIAGO - R\$ 6.306,24; JOSE CARLOS DOS SANTOS - R\$ 50.603,49; JOSÉ HENRIQUE DA SILVA - R\$ 462,86; JOSÉ ROBERTO DA SILVA - R\$ 45.000,00; JULIO BENEDITO DA SILVA - R\$ 5.402,86; KLEBER TELES SIMÕES - R\$ 45.000,00; MARCELO ALEXANDRE MENDES OLIVEIR - R\$ 12.403,77; MARCIO AMÂNCIO DA SILVA - R\$ 40.000,00; MAURÍCIO RIBEIRO DE MORAES - R\$ 45.000,00; MAURO VIEIRA DE FREITAS - R\$ 348.024,42; NELSON COSTA JUNIOR - R\$ 53.956,16; ODAIR DE OLIVEIRA - R\$ 45.462,59; ORLANDO RAMOS DO NASCIMENTO - R\$ 35.000,00; PAULO DE SOUZA - R\$ 135.574,90; RAIMUNDO NONATO DE PAULA - R\$ 61.793,68; RAMERSON DO CARMO CAMARGO - R\$ 69.631,20; RICARDO MITSUO SHINOZAKI - R\$ 112.530,00; RONALDO VIEIRA DE MOURA - R\$ 114.227,61; ROQUE DE OLIVEIRA - R\$ 30.000,00; TIAGO HENRIQUE RIBEIRO - R\$ 19.058,82; VALDEMAR DE OLIVEIRA - R\$ 22.732,68; VANDERLEI MARTINS DOS SANTOS - R\$ 76.654,47; VICENTE APARECIDO SANTOS DE OLIVEIRA - R\$ 236.913,97;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805 – 18º andar, Centro - CEP 01501-900,

Fone: (11) 3538-9317, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

VITÓRIA ISABELE RODRIGUES DE SOUZA - R\$ 8.560,00; VIVIANE RODRIGUES DE SOUZA - R\$ 8.560,00; WILSON KENJI SHINOZAKI - R\$ 112.530,00; WELLINGTON JOSÉ DA SILVA - R\$ 93.143,75; WELLINGTON ROSA GARCIA - R\$ 20.841,49. **TOTAL DA CLASSE I: R\$ 2.859.081,49 CLASSE VI – QUIROGRAFÁRIOS:** ALEX SANTOS CAMINHÕES E IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA. - R\$ 1.083.627,74; BANCO DAYCOVAL S/A - R\$ 155.284,76; BANCO DO BRASIL S/A- R\$ 546.583,80; CAIXA ECONÔMICA FEDERAL- R\$ 253.832,65; CBL - CABO BRANCO LOGISTICA SERVICOS E COMERCIO LTDA - R\$ 4.513,48; CENTER PECAS FABBRI LTDA - R\$ 15.105,00; CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO LTDA- R\$ 26.106,83; COMERCIAL PAULISTA DE BATERIAS LTDA - R\$ 8.621,45; DAFONTE RENOVADORA DE PNEUS LTDA - R\$ 8.035,00; DIBRACAM COMERCIAL LTDA - R\$ 25.064,77; ITAÚ UNIBANCO S/A- R\$ 164.643,67; LATAO AUTOPECAS LTDA ME - R\$ 32,65; LINS & LEITE LTDA - R\$ 28.776,13; LOUF ORGANIZACAO LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA. - R\$ 3.300,00; MAGGI CAMINHOS LTDA. - R\$ 10.534,70; MARIA ENEDINA DO CARMO SILVA – ESPÓLIO DE AMARO MARTINS SILVA - R\$ 27.252,40; SIND NAC EMP TRANSP MOVIM CARGAS PESADAS E EXCEPCIONAIS - R\$ 6.327,80; SOMPO SEGUROS S/A- R\$ 49.520,57; TICKET SERVICOS S/A - R\$ 645.942,87; ADRIANA FERRAZ DE OLIVEIRA SOROCABA – ME - R\$ 3.800,00; BARBOSA E ALBUQUERQUE PNEUMATICOS LTDA - EPP - R\$ 66.487,00; INTERAÇÃO IMÓVEIS LTDA. ME - R\$ 4.598,41; KENNEDY NUNES DA SILVA- R\$ 1.180,00; L. B. DOS SANTOS - TRANSPORTES E LOCACOES - ME - R\$ 5.800,00; M DA CONTA COMÉRCIO E RECICLAGEM DE PNEUS LTDA. ME - R\$ 13.500,00; MARINHO E CARNEIRO LTDA. ME - R\$ 14.000,00; MOURAO OLIVEIRA & CIA LTDA - ME - R\$ 35.040,00; NILSON CABRAL DO NASCIMENTO EPP - R\$ 187.346,60; PATRIOTA ESCOLTA LTDA - ME - R\$ 7.273,44; PLATAMO AUTO POSTO LTDA. ME - R\$ 21.467,53; R & J TACOGRAFOS LTDA - ME - R\$ 3.950,74; SOCIEDADE NATALENSE DE ESCOLTA LTDA - ME - R\$ 67.072,50; TRANSALTERNATIVA TRANSPORTES LTDA. ME -R\$ 4.300,00;TRANSPORTADORA ESTADO LTDA - EPP -R\$ 1.545.146,10; WAGNER OSWALDO DE ASSIS EPP - R\$ 82.500,00. **TOTAL DA CLASSE VI: R\$ 5.126.568,59. TOTAL GERAL: R\$ 7.985.650,08.**

3-) PRAZO PARA HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS: os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias, contado da publicação deste edital, para apresentar suas Habilitações e/ou divergências, quanto aos créditos constantes da Relação de Credores, diretamente à Administradora



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805 – 18º andar, Centro - CEP 01501-900,

Fone: (11) 3538-9317, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Judicial por intermédio do e-mail gruposhinozaki@brasiltrustee.com.br. **Não devem ser apresentadas habilitações ou divergências nos autos principais do processo falimentar.**

E, para que produza seus efeitos de direito, será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. São Paulo (SP), ___ novembro de 2022.